



POLÍCIA FEDERAL

SAS Quadra 06, Lotes 09/10, 1º andar - Edifício-Sede da Polícia Federal, Brasília/DF, CEP 70037-900
Telefone: (61) 2024-8115 - http://www.pf.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 66/2020

Processo nº 08200.014451/2020-31

A Polícia Federal, através da Coordenação-Geral de Administração (UASG 200334), com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09/10, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70.037-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representada pelo Delegado de Polícia Federal VITOR MORAES SOARES, Ordenador de Despesas Substituto, nomeado pela Portaria nº 12.702-DG/PF, de 16 de junho de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 114, de 17 de junho de 2020, portador da matrícula funcional nº 17.720, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 33/2020, publicada no Diário Oficial da União de 24/12/2020, processo administrativo nº 08200.001235/2020-26, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 33/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA; CNPJ: 59.275.792/0001-50; ENDEREÇO: Avenida Goiás, Nº 1.805, Bairro Santa Paula, São Caetano do Sul/SP - CEP 09.550-900; FONE: (11) 4234-6953 / (11) 99621-7321 ; E-MAIL: luiz.bueno@gm.com; REPRESENTANTE: Luiz Felipe Ferigato Bueno; CPF: 388.210.858-48; RG: 35.193.319-0 SSP/SP;								
Item do TR	Especificação	Marca	Modelo	Quantidade CGAD Gerenciador	Quantidade PF Participantes	Quantidade demais Participantes	Valor Unitário	Valor Total
2	CAMIONETA/SUV 4x4 (reservado).	Chevrolet	Trailblazer Diesel Premier	68	424	20	R\$ 233.750,00	R\$ 119.680.000,00
3	CAMINHONETE CABINE DUPLA 4x4 (reservado).	Chevrolet	S10 LT	33	276	71	R\$ 196.950,00	R\$ 74.841.000,00
5	SEDAN MÉDIO (reservado).	Chevrolet	Cruze LT	21	102	48	R\$ 114.700,00	R\$ 19.613.700,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador é a Coordenação-Geral de Administração da Polícia Federal (UASG 200334).

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Quantidade
2	Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (UASG 200338)	4
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe (UASG 200344)	5
	Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia (UASG 200346)	14
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (UASG 200350)	23
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul (UASG 200354)	45
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (UASG 200356)	15
	Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (UASG 200360)	47
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná (UASG 200364)	16
	Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu (UASG 200366)	7
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina (UASG 200370)	15

	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (UASG 200372)	48
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso (UASG 200374)	12
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (UASG 200376)	21
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (UASG 200380)	28
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas (UASG 200382)	4
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (UASG 200384)	13
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará (UASG 200386)	26
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão (UASG 200388)	13
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí (UASG 200390)	3
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará (UASG 200392)	4
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte (UASG 200394)	14
	Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba (UASG 200396)	9
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (UASG 200398)	13
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (UASG 200402)	12
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Tocantins (UASG 200404)	13
	Polícia Civil do Estado de Roraima (UASG 927020)	10
	Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento da Polícia Militar de Rondônia (UASG 927254)	10
Item nº	Órgãos Participantes	Quantidade
3	Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (UASG 200338)	10
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe (UASG 200344)	6
	Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia (UASG 200346)	3
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (UASG 200350)	16
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul (UASG 200354)	7
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (UASG 200356)	12
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas (UASG 200358)	2
	Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (UASG 200360)	47
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná (UASG 200364)	9
	Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu (UASG 200366)	5
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (UASG 200372)	5
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso (UASG 200374)	27
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (UASG 200376)	32
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas (UASG 200382)	12
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (UASG 200384)	12
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará (UASG 200386)	1
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão (UASG 200388)	24
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí (UASG 200390)	2
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará (UASG 200392)	13
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte (UASG 200394)	11
	Superintendência Regional da Polícia Federal na Paraíba (UASG 200396)	9
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (UASG 200398)	10
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Tocantins (UASG 200404)	1
	Polícia Civil do Estado de Roraima (UASG 927020)	46
	Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento da Polícia Militar de Rondônia (UASG 927254)	25
Item nº	Órgãos Participantes	Quantidade
5	Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal (UASG 200338)	3
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (UASG 200350)	1
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul (UASG 200354)	3
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (UASG 200356)	28
	Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (UASG 200360)	43
	Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (UASG 200372)	14
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso (UASG 200374)	3
	Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás (UASG 200376)	7
	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal (UASG 925041)	10
	Polícia Civil do Estado de Roraima (UASG 927020)	38

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que

demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante

5. VALIDADE DA ATA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador.
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
 - 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do artigo 49, §1º do Decreto nº 10.024/19, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações do órgão participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos participantes.

(Assinatura Eletrônica)

VITOR MORAES SOARES

Diretor de Administração e Logística Policial - Substituto
Ordenador de Despesas (UG 200334) - Substituto

LUIZ FELIPE FERIGATO BUENO

CPF: 388.210.858-48

RG: 35.193.319-0 SSP/SP



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 24/12/2020, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17194755** e o código CRC **BDC5094B**.